



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

Processo de Gestão Administrativa nº 20.23.0601.0000128/2020-44

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pela Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Parnamirim, no sentido de obter orientação quanto ao registro das Ações Cíveis Públicas proposta pela 1ª Promotoria de Justiça de Parnamirim antes da implantação do sistema virtual e-MP e que ainda não vieram com vista ao Ministério Público.

Distribuído o presente procedimento, vieram os autos com vistas.

Inicialmente, registre-se o Art. 43, do RICGMP prevê que: “a organização das unidades do Ministério Público far-se-á, dentre outros mecanismos, mediante a instituição de pastas, livros e controles, permitida a sua manutenção em arquivos digitais e programas informatizados, desde que existentes mecanismos de segurança e recuperação de dados.”

No que se refere ao controle das Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público, previsto no art. 52, inciso III, alínea “d”, do RICGMP, as unidades usuárias do sistema e-MP podem fazê-lo dentro do próprio sistema virtualizado.

Neste contexto, as ações cíveis públicas já ajuizadas somente poderão ser registradas no e-MP quando encaminhadas com vista pelo judiciário ou na hipótese do membro requerer vistas dos autos.

Após registro de todas as ações cíveis públicas em andamento no sistema e-MP, com fixação ou não de prazo manual, o controle físico pode ser extinto, se assim entender o membro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

---

Registre-se que a fixação de prazo é útil para o controle, uma vez que a ação civil pública, ao ser devolvida para o judiciário, tem sua saída para órgão externo e não fica aviso para o membro efetuar o acompanhamento.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, no sentido de informar a consulente que as ações civis públicas em andamento somente poderão ser registradas no e-MP quando encaminhadas com vista pelo judiciário ou na hipótese do membro requerer vistas dos autos.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 18 de agosto de 2020.

**Roberta de Fátima Alves Pinheiro**

Promotora Corregedora III



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555  
Telefone: 9 9972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento nº 20.23.0601.0000128/2020-44 - CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Juliana Limeira Teixeira Xavier

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Roberta de Fátima Alves Pinheiro (Documento nº 583696), como razão de decidir.

**Encaminhe-se** cópia do referido parecer, bem como da presente decisão, à Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, para ciência.


Cumpridas as formalidades de estilo visando à instrução e à conclusão do procedimento, resta esgotado o objeto dos presentes autos.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

**Efetue-se** a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Cumpra-se.

Natal, 19 de agosto de 2020.

  
Carla Campos Amico  
Corregedora-Geral do Ministério Público